

Bombas de retardamento

JORNAL DA TARDE

PAULO SANDRONI

- 7 JUL 1994

Parodiando Oscar Wilde, o presidente Itamar deve estar a ponto de dizer a um ministro: "Resisto a tudo. Menos à tentação..." E estas são muitas. Especialmente agora quando faltam poucos meses para seu triunfal retorno a Juiz de Fora. Mas se não envolvessem perigos as tentações não seriam tão gostosas... Existem pelo menos três que embora possam contribuir para o futuro político-eleitoral do atual presidente seriam verdadeiras bombas de retardamento a explodir no colo de quem o suceder no Alvorada.

A primeira refere-se à efetivação da isonomia para os servidores do Executivo. Ou seja, a equiparação dos salários destes servidores com os níveis pagos atualmente no Legislativo e no Judiciário. Não há dúvida de que a medida reveste-se de legitimidade e respalda-se em dispositivo constitucional. Mas dependendo da forma em que for executada poderá gerar distorções mais fortes no futuro imediato dificultando ainda mais a resolução desta tormentosa questão. O problema se assemelha à situação de um vesgo que tenta aparar o bigode: como não consegue a simetria, depois

de algumas navalhadas, termina por raspar o dito completamente...

Além disso, se for realizada no último trimestre, esta equiparação de salários embora não traga pressões insuportáveis de despesas em 1994, tornará a situação de 1995

nha de tempo. O pior que poderia acontecer seria uma elevação súbita do mínimo, por exemplo entre outubro e dezembro, desvinculada de uma política de médio e longo prazo associada às limitações da Previdência e aos impactos sobre os demais níveis salariais. Mesmo

APESAR DAS PRESSÕES,
ESPECIALMENTE DOS MILITARES,
A ISONOMIA DEVERIA SER
DEIXADA PARA O PRÓXIMO GOVERNO.

bem mais complicada: calcula-se que os gastos anualizados com pessoal ultrapassarão os 30 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de 50% das receitas tributárias brutas da União. Portanto, e apesar das pressões especialmente dos militares, creio que este problema deveria ser deixado para o próximo governo como um dos primeiros pontos de sua agenda.

A segunda também relaciona-se com os salários: é o caso da elevação do salário mínimo. Trata-se de uma aberração que Itamar tenta resolver no afogadilho, na medida em que foi incapaz de equacionar o problema quando ainda dispu-

a justíssima elevação do mínimo de US\$ 70 para US\$ 100 tem que ser feita dentro desta perspectiva de médio e longo prazo e o tempo de Itamar já está esgotado. Fazer um bilhareco no final do mandato seria armar mais uma bomba para o seu sucessor dificultando a solução real do problema.

A terceira é representada pelo perigo de engessamento da política monetária caso o governo, diante das desconfiças do público em relação ao Real — afinal a esperança de conversibilidade não veio —, resolva entregar uma carta de alforria ao Banco Central tornando-o independente. Aparentemente

esta política restritiva impediria que o governo emitisse moeda para cobrir suas despesas adicionando uma garantia a mais para estabilidade da nova moeda. Mas enquanto a magnitude do déficit público não estiver corretamente esclarecida (até abril quase US\$ 2 bi), o rombo da Previdência avaliado e o montante dos restos a pagar (despesas de 1994 a serem pagas em 1995) devidamente dimensionado, a impossibilidade de emissão de reais estaria inviabilizando — sob o manto da seriedade de propósitos — a política monetária do novo governo e tornando o Executivo refém de um Congresso todo poderoso.

Estas medidas constituem um divisor de águas: se forem adotadas no apagar das luzes o presidente da República estará demonstrando apenas o que todos suspeitam: nele prevalece o instinto de sobrevivência de um político provinciano.

O AUTOR

Paulo Sandroni
é economista
e professor
da PUC e da FGV
de São Paulo

